

A Organização Social como Manifestação de Projetos Políticos: Revendo o Estatuto dos Movimentos Sociais nos Estudos Organizacionais.

Autoria: Amon Narciso de Barros, Ana Paula Paes de Paula

Resumo

O objetivo deste artigo é inserir uma noção ampliada do que é uma organização social, sugerindo que esta expressa projetos políticos, na medida em que se concretiza como um terreno que é estruturado por escolhas que se manifestam na ação dos sujeitos orientados por um conjunto de representações, valores, crenças e interesses. Partindo da noção de organização social como manifestação de projetos políticos, defenderemos também a idéia de que os movimentos sociais são organizações e que seu estatuto, portanto, precisa ser revisto nos estudos organizacionais. Uma vez que no contexto da noção de projeto político, o papel do sujeito social e a questão da ideologia se destacam, analisaremos os movimentos sociais tendo estas dimensões em perspectiva, através de uma abordagem que resgatará o pensamento de marxistas ocidentais como Gramsci e os frankfurtianos. Nas considerações finais, indicaremos uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais, reafirmando a importância da investigação deste tema no campo dos estudos organizacionais.

Introdução

Mesmo todas as organizações sendo fruto de múltiplas determinações econômicas e sociais (não necessariamente idênticas) possuem elas perfis distintos entre si. Detêm uma historicidade que está sempre ligada por um lado às determinações provenientes do contexto sócio-econômico na qual a organização se insere e, por outro às pessoas que fazem parte da organização e que nela investem parte do seu tempo e de suas energias.

Organizações, em verdade, não possuem uma existência concreta própria e independente dos sujeitos, “não são, pois, em si, mas por outro” (ADORNO, 2001b, p.149) e só podem ser entendidas a partir dessa perspectiva, sendo inútil tentar isolar completamente o objeto da realidade na qual ele está inserido e que possibilita a ele sua existência. A organização que existe é aquela criada pelos sujeitos, sem possibilidades de se dar a esta uma existência independente daquela oriunda da prática social. Por outro lado, é claro que é importante ressaltar a existência de determinações oriundas do panorama econômico e social que acabam sempre por influenciar o modo como se apresenta uma organização específica.

Uma organização não pode ser compreendida se for analisada, exclusivamente, a partir de si mesma. Ela se inscreve na totalidade da realidade social, e só a partir dessa é possível compreendê-la. Liga-se inteiramente à sua própria história, que na verdade é a história dos próprios sujeitos que a criaram. Ela é relacionada à sociedade, ao Estado, ao contexto econômico, dentre outras categorias, nas quais se vê inserida, numa rede que poderia se estender infinitamente. Tudo isto têm também sua própria história, que se inter-relaciona de maneira dialógica, dialética com a história da sociedade dos homens. Esta história, não é a história da relação entre coisas somente, mas dos homens com as coisas e entre eles, não sendo aceitável, portanto, que os sujeitos sejam ignorados em qualquer análise feita, nem mesmo o próprio sujeito do conhecimento, o sujeito-pesquisador cognoscente pode ser visto como alguém posicionado à distância de sua própria existência enquanto ser que vive em sociedade, pois é ele quem de acordo com seu arbítrio delimita os limites do objeto estudado e as perspectivas que utilizará para construir um retrato deste objeto.

Enquanto é correta a afirmativa de que as pessoas no interior de um mesmo grupo acabam por compartilhar alguns símbolos, que “a organização é construída através da negociação de universos simbólicos” (MISOCKZY; VECCHIO; SILVA, 2007, p.143), é errôneo pensar o conjunto de sujeitos como algo homogêneo e não como bricolagem. Ou seja, nem as organizações são todas iguais, nem o são as pessoas que nela se inserem.

Mas o que é uma organização? Com certeza, não é satisfatória a assertiva de que ela seja um conjunto de pessoas reunidas para a consecução de um determinado fim comum. Essa definição, com variações, se encontra em grande parte dos livros texto que tratam da questão, e é talvez a primeira com a qual se defrontam os neófitos na área, embora recentemente comece a ser contestada (ver Paço-Cunha, 2008). Acreditamos que esta definição é reducionista, pois solapa completamente quaisquer idiosincrasias e nivela toda a vontade de um determinado grupo a um mesmo nível, além de despolitizar suas ações. Talvez, a melhor saída para responder à primeira pergunta seja simples: a organização é, enquanto tal um objeto ficcional de intelecção. Pode ser que esta seja entendida como um processo ininterrupto de mediação entre os sujeitos e o contexto, como o ato de eterna preparação de um conjunto para que possa ser compreendido e se compreender enquanto tal.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é inserir uma noção ampliada do que é uma organização social, sugerindo que ela expressa projetos políticos, na medida em que se concretiza como um terreno que é estruturado por escolhas, que se manifestam na ação dos sujeitos orientados por um conjunto de representações, valores, crenças e interesses. Para isto vamos utilizar o conceito de projeto político, de inspiração gramsciana, discutido por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), que são autores que tratam da construção democrática e dos movimentos sociais na América Latina.

Partindo desta noção de organização social como manifestação de projetos políticos, defenderemos também a idéia de que os movimentos sociais são organizações e que, portanto, seu estatuto precisa ser revisto nos estudos organizacionais. Considerando que uma organização, é um processo, é algo sempre em movimento, que só tem sua existência concreta pela atividade de um outro, não há dúvida de que os movimentos sociais são organizações, com o que parecem concordar Misockzy, Vecchio e Silva (2007). Uma vez que nos movimentos sociais, a participação é essencialmente voluntária e que o engajamento se dá grande parte das vezes pelo compartilhamento de ideais, muitas vezes já portados pelos sujeitos *a priori*, talvez se tenha aqui a verdadeira organização. Desta forma, nos referiremos a eles como *organização social* (não necessariamente institucionalizada enquanto ONG), entendendo estes como conjunto de sujeitos sociais, fazendo eco à assertiva de Paço-cunha (2008, p.4) que afirma: “não foram as organizações que fizeram os homens; os homens fizeram as organizações”. No caso das organizações ou movimentos sociais, esta assertiva tem sua verdade plena, pois elas só podem existir se há engajamento dos sujeitos que há compõe. Ao afirmamos a organização social como manifestação de projetos políticos, destacando os movimentos sociais como organizações, pretendemos enfatizar a importância de tomá-los como objetos de investigação no campo dos estudos organizacionais. Neste ensaio teórico faremos em primeiro lugar uma breve discussão sobre a noção de projeto político, discutindo seu entrecruzamento com o conceito de organização social. Uma vez que no contexto da noção de projeto político, o papel do sujeito social e a questão da ideologia se destacam, em seguida analisaremos os movimentos sociais tendo estas dimensões em perspectiva através de uma abordagem que resgatará o pensamento de marxistas ocidentais como Gramsci e os frankfurtianos. Nas considerações finais, indicaremos uma agenda de pesquisa para os estudos neste campo.

Organizações sociais como manifestação de projetos políticos

Segundo Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), a noção de projeto político pode ser claramente vinculada ao pensamento gramsciano e designa os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações da vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos. A definição é simples, mas contém algumas implicações. A primeira delas aponta para o fato de que é preciso afirmar o papel do sujeito e da agência humana, enfatizando a intencionalidade como componente da ação política. Partindo desta elaboração dos autores, afirmamos que a organização social é um terreno político que abriga ações intencionais de sujeitos orientados por um conjunto de representações, valores, crenças e interesses. Considerando que uma organização é um conjunto de sujeitos sociais, podemos dizer que ela também é o conjunto das visões de mundo destes sujeitos, ou seja, ela é a manifestação de projetos políticos deste coletivo.

Aqui vale ressaltar que o projeto político não pode ser compreendido como um bloco monolítico, que descarta heterogeneidades, mas sim como uma visão coletiva que abrange diferenças que são pactuadas em torno de objetivos comuns. Neste sentido, é importante recuperar o conceito de projeto de Mische citado por Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), que considera que este é um horizonte mais ou menos aberto de possibilidades, que é estruturado culturalmente através de narrativas que são amarradas em uma orientação, missão ou mesmo vocação que engajam os sujeitos em torno de uma visão de futuro. Dessa forma, há aqui um vínculo indissolúvel entre cultura e política, no sentido gramsciano, que faz com que o projeto político se ancore em configurações culturais existentes e também elabore e introduza novos elementos que tensionam e modificam o repertório cultural da sociedade.

Estabelecendo como referência a noção de organização social como manifestação de projetos políticos, afirmamos os movimentos sociais enquanto organizações, e portanto, objetos de investigação no campo dos estudos organizacionais. Para isto, pretendemos discutir dois aspectos fundamentais para o entendimento dos movimentos sociais enquanto organizações: a questão do sujeito e a questão da ideologia. Uma vez que Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) evidenciam o papel do sujeito e a agência como implicações fundamentais da noção de projeto político, não poderíamos deixar de discutir sua importância no âmbito dos movimentos sociais. Por outro lado, ainda que Dagnino, Olvera e Panfichi (2006) não tratem da questão da ideologia, ela está implícita na noção de projeto político. Sabemos que os autores, em especial Dagnino, são refratários ao conceito de ideologia, preferindo utilizar a noção de projeto político, mas a nossa posição é diferente e por isto resgataremos a questão da ideologia no campo dos movimentos sociais complementarmente à noção de projeto político.

Dessa forma, abordaremos a centralidade do sujeito no âmbito dos movimentos sociais e em seguida, a questão da ideologia, destacando a inserção dos movimentos sociais nas disputas de poder, a emergência da sociedade civil em contraposição ao Estado e o embate entre os movimentos sociais e a ideologia neoliberal. Faremos esta abordagem resgatando idéias de marxistas ocidentais como Gramsci e os frankfurtianos. A intenção é demonstrar como estas duas categorias teóricas contribuem para a compreensão da dinâmica dos movimentos sociais e da vida política, que emergem como formas de organização social, evidenciando sua importância enquanto objeto de investigação nos estudos organizacionais.

A questão do sujeito no âmbito dos movimentos sociais

Os grupos sociais organizados há muito representam importante papel na configuração das forças que impulsionam a sociedade e a cultura. Em vários desses grupos, existe uma práxis social voltada para a busca por uma sociedade mais justa e mais igualitária, através de lutas que são, também, políticas. A prática política é parte importante da atuação do sujeito na sociedade, uma vez que a realidade social e a política são fruto da interatividade entre os indivíduos, fazendo-se importante que estes estejam aptos para participar de maneira ativa

dessa elaboração de seu mundo. Através dessas organizações construídas na inter-relação das vontades dos sujeitos e das características do contexto no qual se inserem abre-se a possibilidade de uma maior participação dos indivíduos nos rumos das políticas estabelecidas pelo Estado.

Essas organizações construídas a partir do relacionamento entre as pessoas abrem espaço para o surgimento do sujeito social. Entende-se por sujeito social o homem, enquanto indivíduo inserido numa coletividade, que é capaz de refletir sobre as potencialidades que se desvelam quando este reflete sobre sua história particular e sobre os movimentos do todo, o sujeito capaz de tomar decisões mediadas pela consciência dos fatos que emerge de convívio entre pares e com o contexto no qual estes se inserem. Estes sujeitos sociais são históricos, e os movimentos de forças no interior da sociedade também o são. Apesar de ser impossível estabelecer leis de causa e efeito que possam reger o curso dos fatos, a reflexão sobre a história desvela a possibilidade de se pensar sobre o que foi, para assim perceber o que é e, então, conceber as potencialidades do devir mediante o uso da razão. Estas potencialidades se inserem no próprio objeto da reflexão como sua verdade não realizada, negando sua forma presente em favor do desenvolvimento da sua essência no porvir. Marcuse (1978b p.22) afirma que “só o homem tem o poder de auto-realização, o poder de ser um sujeito que se autodetermina em todos os processos do vir-a-ser, pois só ele tem entendimento do que sejam potencialidades, e conhecimento de conceitos”.

Contudo, este poder é afetado pela aceitação irrefletida do dado, que impede a avaliação crítica do que aí está e retira dos sujeitos a capacidade de construir sua história, ao analisar a sociedade sob a égide de leis pretensamente inexoráveis que acabam por justificar e incentivar o comportamento passivo. Acredita-se que toda transformação social é fruto das lutas que ocorrem na sociedade e que são travadas pelos sujeitos individual e coletivamente. A autodeterminação destes é afirmada, por exemplo, na análise de Gohn (2003) que demonstra a relevância das organizações coletivas na sociedade.

Para Scherer-Warren (1993) é importante perceber os movimentos sociais como processos de ações políticas, como práticas sociais dinâmicas, com diferentes significados políticos e culturais, ou seja, como expressões de projetos políticos. Os movimentos sociais são influenciados pela dinâmica das forças que atuam na sociedade, bem como pelo grau de mobilização dos sujeitos sociais que o compõe, sendo esse, por sua vez, fruto de forças e interações que acontecem ao longo do tempo histórico. Os movimentos sociais são catalisadores de forças para que os sujeitos possam construir sua história. Através destes movimentos é que foi edificada e se expressa a cidadania coletiva que, por vezes, “choca-se com a lógica do capital porque questiona um dos pilares do sistema capitalista, que é a propriedade privada” (GOHN, 2005, p.26), e que foi construída ao longo do tempo.

Doimo (1995) lembra que até o início dos anos 1960, falar em movimentos sociais era tratar dos movimentos sindicais, racionalmente organizados e que traziam em seu bojo a possibilidade de revolução e a ruptura com a ordem do capital. Se por um lado havia uma “ingênua esperança” relação à possibilidade concreta de uma revolução proletária, havia por outro lado certo ofuscamento de outras formas de organização social que não se vinculavam necessariamente aos pressupostos que regiam os movimentos sindicais. Se hoje tal postura é vista de maneira crítica, um dos motivos é que a história não possibilitou a concretização e a aspiração daqueles teóricos e daqueles movimentos, mas por outro lado abriu espaço para uma concepção mais ampla do que são e qual o papel dos movimentos sociais na sociedade.

É importante lembrar ainda que a história não é construída apenas da maneira relatada pelas narrativas de grupos dominantes e de maneira linear. Ela é feita de lutas que ficam obscurecidas, travadas por diversos sujeitos sociais, em geral organizados na forma de movimentos, conforme apontam Quijano (2005) e Gohn (2003). Não apenas o Estado e as relações de produção são os responsáveis pela construção da história da sociedade, os grupos

sociais marginalizados, que muitas vezes não são lembrados, conforme aponta Gohn (2003), também têm importante papel nas conquistas relativas à cidadania, sejam como vitórias imediatas ou na condição de desencadeadores da conquista de direitos posteriormente reconhecidos pela sociedade e pelo Estado.

Os indivíduos que conseguem observar criticamente o ambiente no qual se insere, torna-se sujeito, detentor de saberes e da capacidade de ação, e capaz de participar ativamente da construção da história. Neste sentido, os movimentos sociais podem ser entendidos como sendo organizações sociais formadas por pessoas que perpetram ações coletivas, visando à produção da realidade social ou a transformação da mesma (SCHERER-WARREN, 1993), podendo durante ou ao fim do processo serem reconhecidos como atores sociais, com um papel específico a desempenhar na sociedade.

É importante distinguir os movimentos sociais das formas coletivas de protesto. Os últimos conforme Caria (1999), são movimentos reivindicatórios, pontuais, identitários e muitas vezes com interesses particularistas, não mobilizando além de alguns sujeitos específicos, e que se transformam em movimentos sociais assim que as lógicas particularistas são superadas por interesses sociais abrangentes, deixando de ter contradições imanentes em relação à parcela mais ampla da sociedade e passando a mobilizar sujeitos diversos. Noutras palavras, quando as reivindicações deixam de focar-se apenas no particular para visarem o universal, conforme as idéias de Gramsci (COUTINHO, 2007). Mesmo que ainda num âmbito circunscrito, é importante que as demandas sejam reconhecidas como parte de um todo que se faz perceber inclusive, e não apenas, nas questões postas por um grupo específico.

O plano objetivo, da realidade concreta na qual vivem os homens é onde se faz possível entrever a mudança e a permanência, através da ação destes sobre o mundo. A busca pela superação de estruturas e de instituições que existem na sociedade pode resultar em novas ordenações de forças ou mudanças pontuais, dependendo do escopo da ação dos múltiplos sujeitos sociais. Estes podem se relacionar de diversas maneiras com a realidade social tal qual ela se apresenta. Realidade esta que é criada pela interação entre os homens e são importantes para influenciar as relações sociais, na medida em que são internalizadas pelos sujeitos e podem ser reconhecidas por eles como algo que lhes é particular, mas tal reconhecimento não impede ao mesmo tempo certo estranhamento. Enquanto fruto da interação social, são estabelecidas pela própria dinâmica da sociedade e como mantenedoras de *status quo*, podem ser auto-engendradas. As teorias sobre as ações no todo social devem levar isto em consideração para que não se distancie da realidade e não soe estranha aos fatos concretos e desejos que orientam as ações dos movimentos sociais, conforme aponta Caria (1999).

Neste sentido, as relações com as estruturas presentes na sociedade podem acontecer de maneiras diversas. Numa delas, o sujeito é capaz de reconhecer as estruturas existentes, mas age para suplantá-las ou para não ter suas ações determinadas por esta, sendo o sujeito o criador da realidade social, ou se sentindo com tal. Noutra, as relações são invertidas, sendo os sujeitos convertidos em objetos e governados por forças exteriores, objetivadas e reificadas na sociedade, guiando os rumos da história da sociedade. Por fim, uma combinação dessas duas descrições, na qual o sujeito interage de maneira dinâmica com estas forças que lhe são estranhas visando à elaboração de novos contextos sociais. Neste último caso, a relação é dialógica e as estruturas e os sujeitos são sujeito e objeto durante a interação. É importante salientar que as estruturas não são exteriores a uma determinada condição sócio-histórica fruto da relação entre as práticas dos sujeitos sociais e das condições macro-ambientais

Como aponta Adorno (2001a), a sociedade é um processo, no qual as ações dos homens não são situadas como causa deste numa relação linear causa-efeito. O meio social não é composto de fenômenos isolados, mas sim fruto de um inter-relacionamento de forças que podem ser, ou não, decorrentes da ação consciente dos sujeitos. Estes são constituídos de

maneira singular se relacionando com diversas instituições sociais, como a família e o Estado. Adorno (2001b, p.141) argumenta: “Fala-se da sociedade como de uma imediata convivência dos homens de cuja atitude deriva o todo, em vez de a considerar como um sistema que não só os engloba e deforma mas, além disso, alcança aquela humanidade que uma vez os determinou como indivíduos”. Que o sujeito compreenda que, por vezes, impetra ações relacionadas a um papel ocupado, decorrente de representações sociais instituídas que não são fruto de sua vontade é importante para que ele possa transcender essa situação. Adorno constata que

[O] Eu não está apenas endentado na sociedade; deve a esta, na acepção mais literal, a sua existência. Todo o seu conteúdo promana dela ou, concretamente, da relação ao objeto. Torna-se tanto mais rico quanto mais livremente nela se desfralda refletindo-a, ao passo que a delimitação e a solidificação, que o indivíduo exige como sua origem, o limitam, o empobrecem e o reduzem (ADORNO, 2001b, p.146).

Não basta, então, que o sujeito perceba que é fruto de relações sociais e nem que se reconheça como um ser em si para que a realidade seja transformada. É necessário que exerça uma postura crítica em relação às condições objetivas de existência. A perspectiva crítica, fundada no pensamento de Marx, refuta a existência do sujeito individualista, isolado da sociedade, utilizando-se unicamente da razão instrumental para agir, sem considerar as forças externas que influem sobre ele. O Homem não é considerado apenas como ser isolado ou como comunidade de indivíduos, é antes uma interseção entre as duas perspectivas.

Para Horkheimer (1980, p.132) o pensamento crítico “considera conscientemente como sujeito a um indivíduo e grupos, em seu confronto com uma classe determinada, e, por último, mediado por este entrelaçamento, em vinculação com o todo social e a natureza. Este sujeito (...) consiste na construção do presente histórico”. Marcuse (2002) aponta que qualquer teoria crítica da sociedade é confrontada com o problema da objetividade histórica, um problema que implica, para o autor, em dois pontos que implicam em juízos de valor: 1) se a vida vale a pena ser vivida, uma vez que a aceitação do contrário rejeita a própria teoria e, 2) em uma sociedade dada existem possibilidades concretas para transformações qualitativas, que implicariam em melhores condições de vida. É o sujeito enquanto membro da coletividade que se faz produtor de sua própria história e do tempo presente, mas nas palavras de Marx (1980, p.203) “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob as circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado”.

Ideologia, movimentos sociais e Estado

Uma força importante na construção da história dos homens advém das ideologias que existem na sociedade. Chauí (2002) atesta que a ideologia é um discurso lacunar que tenta revelar-se representação perfeita da realidade. A autora aponta ainda que é apenas a existência destas lacunas que possibilita a compreensão de um discurso como ideológico, caso estas fossem preenchidas com conteúdos reais, o discurso transmutar-se-ia em discurso de verdade. Apesar de o discurso ideológico desejar-se como reflexo perfeito da realidade, e desta cada vez mais assimilar-se à ideologia isto não significa, entretanto, o fim da ideologia, mas uma intensificação da mesma que acaba por produzir a si própria (MARCUSE, 2002). O discurso puramente verdadeiro não é ideológico, mas não se concretiza na realidade, não podendo assim querer representá-la, senão como possibilidade. A compreensão dessa relação permite que se pense a disputa pela verdade como luta transcorrendo na sociedade e no interior dos aparelhos constituídos, das instituições. Nesta relação acaba-se por determinar o que seria a “verdade” e quem pode dizê-la, não deixando, entretanto de ser objeto de debate político e confronto social.

Marcuse (2002) explana sobre a existência de um fechamento do universo discursivo, que se dá uma vez que os critérios para se julgar o estado das coisas é o próprio sistema social estabelecido que, neste sentido, passa a ser auto-referente. Guiado pelo sentido de operacionalidade, inerentes ao pensamento positivista que caracteriza o paradigma dominante, as considerações que poderiam ser consideradas vagas e imprecisas, e que continham em si um potencial de crítica por remeterem às condições do que é universal, passam a ser reformuladas para se referir apenas a casos e realidades específicas. Desta maneira, o pensamento é alijado de sua capacidade crítica, de maneira quase imperceptível, devido à ideologia arraigada na realidade presente. Este discurso, que interfere na forma do homem pensar, ver e agir sobre o mundo é, pois, ideológico.

Esse discurso ideológico é o discurso instituído “no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e de ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados” (CHAUI, 2002, p.7). O discurso institucional ou instituído é aquele que refuta a incerteza e afirma a similaridade com o real, só lida com idéias instituídas e já aceitas previamente, com conhecimentos estabelecidos devido à determinada organização de forças na sociedade. Devido a isto a ideologia teme tudo quanto é instituinte ou fundador, que é histórico e se relaciona com a incerteza, o conhecimento que não é validado pelos que exercem poder na sociedade, mas abrem possibilidades de reflexão não aceitas pelo poder institucionalizado que só pode ser incorporado quando perdeu a força inaugural (CHAUI, 2002).

Para Chauí (2002) a ideologia lida apenas com o conhecimento e não com o saber. A determinação do que é permitido pelo poder, enquanto conhecimento, é fruto de disputas constantes, dentro dos próprios instrumentos de poder. O poder estabelecido produz conhecimentos que perpetuam sua própria existência, combatendo os saberes que poderia atuar contra o ordenamento de forças estabelecido. Estes saberes só seriam aceitos quando esterilizados e instrumentalizados de modo a possibilitar a normatização e a continuidade da ordem vigente. As análises da sociedade que deixam de lado o caráter histórico do conhecimento do real acabam por tomar como verdade o que é dado, sem analisar as forças que o conduziram até aquele ponto. Por outro lado Coutinho (2007, p.112) aponta, numa visão construída a partir da obra de Gramsci, que “a ideologia – enquanto concepção do mundo articulada com uma ética correspondente – é algo que transcende o conhecimento e se liga diretamente com a ação voltada para influir no comportamento dos homens”, ou seja, não se resume apenas a um momento gnosiológico, mas afeta a prática do ser no mundo. Ao nosso ver, neste ponto, encontra-se o entrecruzamento entre o conceito de ideologia e a noção de projeto político.

Chauí afirma que a possibilidade de se desconstruir a ideologia que permeia a sociedade é o discurso crítico, que “não é um outro discurso qualquer oposto ao ideológico mas o *antidiscorso* da ideologia, o seu negativo, a sua contradição” (2002, p.22). Este discurso seria aquele capaz de dobrar a ideologia sobre si mesma explicitando suas contradições inerentes e fazendo com que ela refluisse. Isto poderia afetar o próprio Estado, uma vez que ele é instrumento de legitimação dos conhecimentos válidos e por consequência todo o ordenamento social sustentado por ele. Deve-se notar, entretanto, que o discurso crítico é vazio se não se relaciona com a práxis crítica, devendo portanto ser considerado apenas como um momento da crítica ideológica, uma vez que esta se relaciona não apenas com uma determinada forma de pensar o mundo, mas também um maneira específica de agir sobre ele. A ideologia deve ser compreendida não apenas como ‘falsa consciência’, mas “sobretudo como realidade prática, como fenômeno ontológico-social” (COUTINHO, 2007, p.111).

Dore afirma que

o Estado capitalista não baseia o seu poder apenas na força, na pura repressão aos seus adversários, embora a repressão não seja extinta. Para que os grupos dominantes obtenham o consenso na sociedade, eles permitem que os grupos subalternos se organizem e expressem seus projetos sociais e políticos. Com isso, vão se constituindo mediações entre a economia e o Estado, que se expressam na sociedade civil: o partido político, o sindicato, a imprensa, a escola (DORE, 2006, p.337).

Neste sentido, nas próprias organizações que existem e que venham a surgir no interior da sociedade civil é que devem ser construídas novas formas de entender e de agir sobre o mundo, para que seja aberta a possibilidade de se estabelecerem formas alternativas de compreensão e de ordenação do real e, por conseguinte do Estado e da própria sociedade civil. Em outras palavras, as organizações sociais para poderem interferir na ordem estabelecida das coisas precisam ter um projeto político, compartilhar pontos à respeito de uma visão de mundo comum.

Historicamente o poder do Estado era associado, principalmente, ao exercício da força, poder negativo que se objetivava na forma da lei e dos mecanismos repressivos utilizados por este para manter a ordem, como a polícia e o exército. Associava-se o poder com o direito ao uso da violência. O poder que originalmente era personificado na figura do rei ou do príncipe, passava aos domínios do Estado-nação e daí se expandiria e se exerceria em toda a sociedade. Em várias análises marxistas, o Estado é o local privilegiado de disputa pelo poder por sua importância como mantenedor da ordem capitalista. Coutinho (2007, p.124) anota que Marx, Engels e Lênin, “os ‘clássicos’ tendencialmente identificam o Estado – a máquina estatal – com o conjunto de seus aparelhos repressivos”.

Nas análises que são tributárias dessa corrente teórica, segundo Gohn (1997), o Estado era objeto central de especulação dos cientistas sociais, mas passou a ser desacreditado e criticado, devido à propagada diminuição de sua importância, com a qual contribuiu o avanço do ideal liberal. Isto teria levado a uma mudança no foco de análise dos cientistas sociais “para a sociedade civil, e nesta os movimentos sociais foram as ações sociais por excelência” (GOHN, 1997, p. 11). Isto contribuiu para um interesse renovado nas dinâmicas dos movimentos sociais e na interação destes com o macro-ambiente social.

Os movimentos sociais estão inseridos nas relações de poder e ideológicas de disputa pela hegemonia, que se dão interna e externamente, entre seus membros e com a sociedade. Foi a ‘ampliação do Estado’ (COUTINHO, 2007) que abriu espaço para o controle das massas através de mecanismos mais sutis. Mas “Se o surgimento da sociedade civil mostra o intenso trabalho educativo da classe dominante para garantir o consenso ao seu governo, ele também pode indicar formas de organização das classes subalternas para a conquista da hegemonia” (DORE, 2006, p.338).

Esta busca por mudanças no ordenamento da sociedade, posicionamento que, poderia ser em determinada época portador de clamores por transformações intensas, nos últimos anos, cada vez mais, passou a vincular-se a demandas por reformas no ambiente já instituído, e pelo desejo de inclusão no sistema dado. Tischler (2005, p.116) argumenta que “No plano ideológico houve um fechamento do discurso quando se identificou a derrubada do socialismo real com o fim da luta de classes e o advento do sujeito liberal como a encarnação da liberdade universal”. Desta maneira, as organizações sociais passam a vislumbrar menor possibilidade de atuar tendo em vista mudanças mais abrangentes na forma como se apresentam o Estado e a sociedade.

Por causa da arrogada inexistência de outras possibilidades de organização do mundo veiculada pela ideologia neoliberal, as lutas dos movimentos sociais passam a ser identificadas com a promoção de interesses particulares, dentro do atual ordenamento social, atuando através de discursos institucionalizados. As exigências por transformações universais não mais teriam lugar no ambiente político contemporâneo, ficando as lutas restritas à

ampliações e pela permanência de direitos já reconhecidos como válidos. Este mote pode acabar por enfraquecer as demandas por mudanças reais na sociedade e retrata os movimentos unicamente como afirmativos de identidade. Isto deixa de lado o fato de que as identidades só podem ser forjadas em relação à um determinado ordenamento da realidade, que por sua vez nos remete à forma como estão organizadas as relações sociais na sociedade presente (capitalista). Como aponta Doimo:

Forjada a partir do princípio da diversidade cultural e não a partir do pressuposto das contradições fundamentais da sociedade capitalista, a noção de identidade estabeleceu-se livre de qualquer significado substantivo apriorístico. Por isso mesmo, ela pode ser muito útil para a análise das relações que opõem entre si diferentes grupos ou facções no plano intraclasses, porém não é nada adequada para se pensar grandes embates entre categorias genéricas, ou classes, por meio das quais se imagina esta ou aquela consciência em luta contra a alienação (DOIMO, 1995, p.44).

Por outro lado, o neoliberalismo (que tem clara relação com a organização social dos meios de produção e com as políticas que regem as relações sociais), contesta os direitos sociais conquistados e põe em questão diversas conquistas obtidas pela sociedade como um todo e pelas organizações sociais, em específico. Como aponta Gohn (2005) o Estado assume de maneira crescente o papel de gestor e repassador de recursos o que leva à privatização de serviços essenciais e à adequação do atendimento segundo a lógica de mercado, levando à construção de uma nova modalidade de cidadania adquirida via mercado, na qual o cidadão torna-se cliente e não mais detentor de direitos, sendo a capacidade de consumir encarada como a forma de inserção social por excelência.

Entretanto para Wood (2005) o avanço da ideologia neoliberal tem um viés dúplíce. Ao mesmo tempo em que o Estado passa a se retirar de alguns setores da economia, a atuação do capital passa a depender cada vez mais da regulação estatal. A autora argumenta que as lutas sociais devem, sim, direcionar suas reivindicações ao Estado-Nação, pois sua falta de importância não passaria também de outro argumento ideológico, sendo este necessário à manutenção do ambiente favorável à manutenção da ordem vigente. Neste sentido, as organizações sociais teriam, sim, capacidade de ser reconhecidos como revolucionários sendo, entretanto, os seus discursos enquadrados e absorvidos pelo sistema vigente.

Entende-se, porém, que a centralidade do Estado aparece aqui como um problema teórico-prático. Não apenas o Estado deve reconhecer e ser o alvo de reivindicações dos movimentos sociais, mas num escopo menor, as próprias práticas cotidianas dos seus membros e do corpo social do qual fazem parte devem refletir esses pleitos. Se as demandas não possuem o mínimo de reverberação na sociedade, e não se refletem nas práticas do próprio movimento, dificilmente poderão ter força para modificar realmente as relações sociais, neste sentido, o projeto político da organização social não pode estar descolada da *práxis* política.

No presente contexto, a política passa a ser algo estranhado e vivenciado apenas de maneira passiva pelo processamento de notícias e informações veiculadas pela grande mídia. A consciência proveniente da *práxis* social deixa de ocorrer na sociedade. Por outro lado, é preciso não deixar de lado as condições materiais e ideológicas da sociedade atual, que atuam em desfavor das mobilizações políticas de um modo geral. Mesmo que essa não seja uma relação unilateral, de submissão dos sujeitos às forças sociais, o modo como estes interagem com as instituições sociais e com o mundo objetivo influencia sobremaneira na formação da consciência.

Considerações Finais

Neste artigo, inserimos a idéia que atesta que a organização social expressa projetos políticos, bem como defendemos a proposição de que os movimentos sociais são organizações e, portanto, devem ser objetos de investigação nos estudos organizacionais. Neste percurso, discutimos o papel do sujeito social e a questão da ideologia no âmbito dos movimentos sociais, dada a importância destas duas categorias para o entendimento do nosso tema de discussão, tendo como referência o pensamento de marxistas ocidentais como Gramsci e os frankfurtianos. Além disso, o estatuto e lugar do Estado nessa discussão foram contextualizados de maneira breve, uma vez que entendemos que esta questão necessita de ser trabalhada num trabalho específico. A nossa intenção foi demonstrar que as organizações representam projetos políticos, ou seja, projetos coletivos através de sua dimensão societária, contendo visões do que deve ser a vida em sociedade, perspectiva que é amplamente compartilhada pelos movimentos sociais. Esperamos ter despertado a atenção dos estudiosos em organizações para a importância dos movimentos sociais enquanto objeto de estudo.

Admitimos que o nosso esforço teórico está circundado por limites, pois ao elegermos as categorias sujeito e ideologia para analisar os movimentos sociais, ainda que elas estejam estreitamente vinculadas à noção de projeto político, outras dimensões ficaram obscurecidas. Por este motivo, acreditamos ser importante apontar alguns itens para uma agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais no âmbito dos estudos organizacionais, tendo em vista futuras investigações:

- avaliar dimensões organizacionais dos movimentos sociais como identidade coletiva, simbolismo, autoritarismo e democracia,
- avaliar os movimentos sociais enquanto organizações que integram a esfera pública juntamente com outras da sociedade civil;
- avaliar os diferentes movimentos sociais, bem como suas redes, como participantes da vida política e democrática do país;
- avaliar a evolução de movimentos sociais que se tornaram instituições (como por exemplo algumas ONGs), problematizando a questão da burocratização e da institucionalização;
- avaliar as diversas formas de institucionalização dos movimentos sociais, formais e informais, como manifestações organizativas;
- avaliar os movimentos sociais da perspectiva das relações entre Estado e sociedade civil atentando para as questões organizativas e institucionais;
- avaliar os movimentos sociais como uma expressão alternativa de organização, inclusive com aproximações de manifestações autogestionárias;
- avaliar quais são os projetos políticos predominantes no âmbito dos movimentos sociais.

Acreditamos que os movimentos sociais, organizações que emergem, grande parte das vezes, organicamente do seio da própria sociedade, podem funcionar como difusoras de idéias e ideais que transgridam as determinações impostas pela ideologia dominante na sociedade. Além disso, os aspectos de espontaneidade margeados pelo ato contínuo de se organizar, basicamente, na prática dos próprios sujeitos, permite entrever um objeto de estudo privilegiado para que seja possível construir análises diversas à respeito do caráter inerentemente organizativo da vida dos homens com os homens, escapando assim da visão hegemônica que prescreve as organizações capitalistas como o auge, como a forma final de mediação entre os homens e a sociedade.

Referências

ADORNO, T. *Epistemología y Ciencias Sociales*. Madrid: Fronesis, 2001a.

_____. *Minima Moralia: reflexões a partir de uma vida danificada*. Lisboa: Edições 70, 2001b.

_____.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

CARIA, T.H. Da análise dos protestos coletivos aos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.54, junho de 1999, p.187-192.

CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTINHO, C.N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. Por uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

DOIMO, A.M. *A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DORE, R. Gramsci e o debate sobre a educação pública no Brasil. *Cadernos do CEDES (UNICAMP)*, v. 26, p. 329-352, 2006

FREUD, S. *Mal Estar na Civilização*. (Edição Standard Brasileira. das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago, 1977.

GOHN, M.G. *O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

HORKHEIMER, M. *Eclipse da Razão*. São Paulo: Centauro, 2002.

MARCUSE, H. *One Dimensional Man: studies in the ideology of advanced industrial society*. London: Routledge, 2002.

_____. *Cultura e Psicanálise*. São Paulo: Paz e Terra, 2001

_____. *A Grande Recusa Hoje*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1978a.

MISOCKZY, M.C.A, VECCHIO, R.A.; SILVA, J.M. *A mística como produtora de sentidos na organização de luta pela terra*. In: Carrieri, A.P.; SARAIVA, L.A.S. *Simbolismo Organizacional no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2007.

PAÇO-CUNHA, E. *Estatuto Filosófico da Vida Organizada ou Para uma Crítica aos Estudos Organizacionais*. Mimeo. 2008.

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LEHER, R., SETÚBAL, M. (Orgs.) *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005, p.35-95.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.

WOOD, E.M. *Trabalho, classe e Estado no capitalismo global*. In: LEHER, R., SETÚBAL, M. (Orgs.) *Pensamento Crítico e Movimentos Sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005. p.96-115.